



INTIMAÇÃO

A Sra. Claudineia Conceição Evangelista Marchezini, Presidente da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, designada pela Portaria NUCAD/SEE nº 148/2018, publicada em 29/12/2018, Portaria NUCAD/SEE nº 063/2019, publicada em 07/05/2019, e Portaria NUCAD/SEE Nº 152/2019, publicada em 10/09/2019 e retificada em 26/09/2019, INTIMA V. S.^a para acompanhar a(s) audiência(s) abaixo relacionada(s), nesta Superintendência Regional de Ensino de Januária, localizada à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, 130 – Januária, CEP: 39.480-000, Telefone: (38) 3629-4900.

DATA	HORA	TESTEMUNHA(S) A SER(EM) OUVIDA(S)
06/11/2019	11:00	Edvaldo Pereira Santos
06/11/2019	14:00	Dulcineia Aparecida de Alkimim
06/11/2019	15:00	Fredson Lopes Matos
06/11/2019	16:00	Ronivon Barbosa Ribeiro
06/11/2019	17:00	Divânia Gonçalves de Souza
06/11/2019	18:00	Azélio Rodrigues da Silva

Januária, 22 de outubro de 2019.

Claudineia Conceição Evangelista Marchezini

Presidente da Comissão

Ilm^a Sra.

Nome: Déborah Maria Uchôa Santana

Endereço: Rua Padre João Mariá, 273 – Centro, Januária – MG.



TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 148/2018

DEPOENTE: Edvaldo Pereira Santos, portador do documento de identidade de nº: 2.463.674 SSP/DF, MASP: 1.130.469-8, efetivo no cargo de Professor da Educação Básica – PEB1A, brasileiro, casado, nascido em 18/04/1987, filho de Francisco Pereira dos Santos e Benedita Alves dos Santos, residente e domiciliado na Rua Santa Clara, nº 159, Distrito de São Joaquim, município de Januária. Atualmente exerce suas atividades na E.E. José Manoel Cirino, Distrito de São Joaquim, município de Januária.

Aos 06 dias do mês de novembro de 2019, nas dependências da Superintendência Regional de Ensino de Januária, localizada à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 130, Centro, nesta cidade de Januária/MG, onde se acham presentes os membros da Comissão abaixo assinados, compareceu o depoente acima qualificado, que, sabendo **LER E ESCREVER**, e ante as advertências efetuadas pela Senhora Presidente, afirmou que não há qualquer razão de fato ou de direito que o impeça de prestar depoimento na forma legal, e que está ciente de abster do compromisso de dizer a verdade a respeito dos fatos que lhe forem perguntados, devido ao grau de parentesco com os acusados, Inquirido pela Sra. Presidente sobre os fatos que motivaram este processo respondeu: QUE é parente de Maria Divina Pereira Santos (irmão); QUE é cunhado de Daniel Rodrigues Uchôa; QUE esteve em exercício na E.E. Maria Rosa Nunes no período de 2013 a 2015; QUE foi membro do Colegiado Escolar até o final do ano de 2013; QUE não recorda se participou do Conselho Fiscal; QUE após Daniel assumir a direção da Escola deixou de fazer parte do Colegiado Escolar; QUE teve conhecimento que a Caixa Escolar estava com pendências somente no primeiro ano da gestão de Daniel; QUE não teve conhecimento da falta de merenda escolar e materiais básicos na Escola; QUE não sabe como Daniel realizou as compras, porém foi feito um acordo com os fornecedores para realizar as compras “fiado” com a promessa de pagamento futuro;



QUE não sabe como foram quitadas as dívidas anteriores; QUE não sabe como os débitos contralados pela Escola foram quitados; QUE enquanto membro do Colegiado não tomou conhecimento de dívidas da Escola relacionadas à gestão anterior; QUE foi repassado pelo Diretor Daniel a existência de dívidas com a Receita Federal, Papelândia, mercados; QUE a partir do ano de 2015 a Escola passou a andar corretamente; QUE não houve falta de merenda; QUE enquanto esteve professor na Escola não presenciou qualquer situação de aluno chorar com fome ou passando mal; QUE já presenciou o pagamento em espécie diretamente aos fornecedores (água, internet, materiais, de pequenos reparos e fornecedores locais); QUE não ouviu falar se as pendências financeiras da Escola foram quitadas durante a gestão de Daniel; QUE no início da gestão de Daniel havia uma aceitação da comunidade escolar, mudando completamente depois de um certo tempo; QUE durante a gestão de Daniel era comunicado aos professores sobre o recebimento de recursos; QUE não era repassado pelos membros do Colegiado aos professores as prestações de contas dos recursos recebidos pela Caixa Escolar; QUE Maria Divina Pereira Santos não prestou qualquer serviço à Escola, só era professora; QUE os fornecedores não estavam recebendo cheques devido às dívidas anteriores contraídas pela Escola, por isso foram emitidos cheques nominais à Maria Divina Pereira Santos.

Dada a palavra aos demais membros da Comissão, às suas perguntas respondeu: QUE nas gestões anteriores não presenciou a emissão de cheques nominais à pessoas que não prestava serviço à Escola com a justificativa para pagamento em espécie a fornecedores; QUE não considera legal a emissão de cheque nominal à pessoas que não prestaram serviço a Escola ou que não forneceram material; QUE não tem conhecimento se os valores em espécie foram utilizados em benefício próprio de Daniel, Maria Divina ou Marly; QUE algumas vezes presenciou cobradores no ambiente escolar.

Dada a palavra a Ilustre Advogada constituída, às suas perguntas respondeu: QUE durante a gestão do Diretor Leonardo ele ficou muito tempo



afastado por problemas de saúde do filho, quem respondeu pela direção foi Daniel; QUE o afastamento do Diretor Leonardo não era questionado pois a maioria sabia do motivo do seu afastamento; QUE após o afastamento do Diretor Leonardo a Escola fazia o que era definido pelo Vice-Diretor Daniel. Foi quando Daniel começou a fazer reunião com o Colegiado; QUE só não houveram denúncias contra o Diretor Leonardo por questão de humanidade; QUE na gestão de Leonardo o que pegava era questão de folhas para cópias e que eles não poderiam pedir dinheiro aos alunos; QUE faltava merenda, só não faltava no segundo endereço porque a Prefeitura de São Francisco dava suporte; QUE nunca houve capacitação para o Diretor Daniel; QUE durante a gestão de Daniel nunca viu a presença de Inspetor, ou visita técnica na Escola nos dias em que estava na Escola; QUE durante a gestão de Daniel não faltou merenda, serviço de internet ou material; QUE nunca aconteceu de criança passar mal na Escola por falta de merenda; QUE perguntado sobre o vínculo de amizade entre Ilda (Vice-Diretora) e Fátima, foi rejeitada devido não constarem no processo como denunciadas; QUE durante as reuniões do Colegiado e com os professores o Diretor Daniel mostrava notas de dívidas e certidão da Receita Federal; QUE antes da gestão de Daniel a internet era fornecida pela Rural Web, faltava acesso para os professores, com a gestão de Daniel o problema foi resolvido após a contratação de outra empresa Uaicom da Chapada Gaúcha; QUE como gestor, Daniel não inibia nenhum professor a fazer denúncias. Ele nunca ameaçou ou intimidou ninguém; QUE mesmo sendo cunhado, ele denunciaria; QUE avalia como muito boa a gestão de Daniel para os alunos, para os pais melhor ainda, para os professores foi muito rígida; QUE os professores afirmavam que Daniel apoiava muito o Estado; QUE acredita que Daniel, Maria Divina e Marly não utilizaram os recursos em proveito próprio pelas condições em que se encontram hoje.

Que foi dada a palavra à testemunha para, se desejar, aduzir ou esclarecer outras questões relacionadas ao objeto do processo, onde esclareceu que dúvida que estas pessoas, pelo que conhece, cometeram os fatos de terem usado o dinheiro dos cheques em benefício próprio; QUE a Superintendência deixa muito a desejar no



atendimento e acompanhamento das Escolas rurais; QUE se tivesse um acompanhamento não chegaríamos a esse ponto; QUE a falta de assistência da Inspeção, deixa desacreditado o trabalho do Professor de Educação Básica; QUE de longe não tem noção do trabalho que é desenvolvido em sala de aula; QUE precisa de maior proximidade entre o Serviço de Inspeção, professores, alunos e Caixa Escolar.

Nada mais sendo dito ou perguntado, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, será assinado por todos os presentes, dando por encerrada esta audiência.

Presidente:

Vogal:

Secretária:

Depoente:

Acusado:

Daniel Rodrigues Uchôa

Advogada:

Déborah Maria Uchôa Santana - OAB/MG Nº 148.933



TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 148/2018

DEPOENTE: Dulcineya Aparecida de Alkimim, portadora do documento de identidade de nº: 12.689.645 SSP/MG, brasileira, casada, nascida em 25/12/1981, filha de Otávio Lisboa de Alkimim e Terclia de Alkimim Santana, residente e domiciliada na Comunidade de Cabeceira de Tamboril, Distrito de São Joaquim, município de Januária.

Aos 06 dias do mês de novembro de 2019, nas dependências da Superintendência Regional de Ensino de Januária, localizada à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 130, Centro, nesta cidade de Januária/MG, onde se acham presentes os membros da Comissão abaixo assinados, compareceu a depoente acima qualificada, que, sabendo **LER E ESCRIVER**, e ante as advertências efetuadas pela Senhora Presidente, afirmou que não há qualquer razão de fato ou de direito que a impeça de prestar depoimento na forma legal, e que está ciente do compromisso de dizer a verdade a respeito dos fatos que lhe forem perguntados, sob as penas da Lei. Antes de ser inquirida pela Sra. Presidente sobre os fatos que motivaram este processo a ilustre defensora Déborah Maria Uchôa Santana solicitou a dispensa da testemunha arrolada por não ver necessidade de ser ouvida.

Nada sendo dito ou perguntado, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, será assinado por todos os presentes, dando por encerrada esta audiência.

Presidente:

Vogal:

Secretária:

Depoente: Dulcineya Aparecida de Alkimim

Acusado:

Daniel Rodrigues Uchôa

Advogada:

Déborah Maria Uchôa Santana - OAB/MG Nº 148.933



TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 148/2018

DEPOENTE: Fredson Lopes de Matos, portador do documento de identidade de nº: 16.411.449 SSP/MG, brasileiro, solteiro, nascido em 05/04/1989, filho de Vilmar de Matos e Carmelita Lopes Santos, residente e domiciliado na Avenida Santo Antônio, nº 252, Distrito de São Joaquim, município de Januária. Atualmente em exercício na E.E. Maria Rosa Nunes, na função de Professor da Educação Básica – Regente de Aulas de Matemática.

Aos 06 dias do mês de novembro de 2019, nas dependências da Superintendência Regional de Ensino de Januária, localizada à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 130, Centro, nesta cidade de Januária/MG, onde se acham presentes os membros da Comissão abaixo assinados, compareceu o depoente acima qualificado, que, sabendo LER E ESCRIVER, e ante as advertências efetuadas pela Senhora Presidente, afirmou que não há qualquer razão de fato ou de direito que o impeça de prestar depoimento na forma legal, e que está ciente do compromisso de dizer a verdade a respeito dos fatos que lhe forem perguntados, sob as penas da Lei. Antes de ser inquirido pela Sra. Presidente sobre os fatos que motivaram este processo a ilustre defensora Déborah Maria Uchôa Santana solicitou a dispensa da testemunha arrolada por não ver necessidade de ser ouvida. Nada sendo dito ou perguntado, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, será assinado por todos os presentes, dando por encerrada esta audiência.

Presidente:

Vogal:

Secretária:

Depoente:

Acusado:

Daniel Rodrigues Uchôa

Advogada:

Déborah Maria Uchôa Santana - OAB/MG Nº 148.933

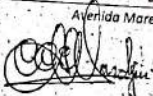
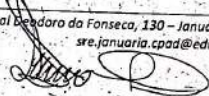

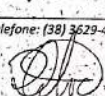

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 148/2018

DEPOENTE: Ronivon Barbosa Ribeiro, portador do documento de identidade de nº: 17.850.705 SSP/MG, designado na função de Professor da Educação Básica, em exercício na E.M. Santa Marta, localizada no município de São Francisco, brasileiro, solteiro, nascido em 24/04/1992, filho de Gilvan Feliciano Ribeiro e Ermila Barbosa de Jesus, residente e domiciliado na Fazenda Lagoa Larga, s/nº, Distrito de São Joaquim, município de Januária.

Aos 06 dias do mês de novembro de 2019, nas dependências da Superintendência Regional de Ensino de Januária, localizada à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 130, Centro, nesta cidade de Januária/MG, onde se acham presentes os membros da Comissão abaixo assinados, compareceu o depoente acima qualificado, que, sabendo LER E ESCRIVER, e ante as advertências efetuadas pela Senhora Presidente, afirmou que não há qualquer razão de fato ou de direito que o impeça de prestar depoimento na forma legal, e que está ciente do compromisso de dizer a verdade a respeito dos fatos que lhe forem perguntados, sob as penas da Lei. Inquirido pela Sra. Presidente sobre os fatos que motivaram este processo respondeu: QUE no período de 2013 a 2015, esteve em exercício na E.E. Maria Rosa Nunes, não sabendo precisar qual o período exato; QUE enquanto esteve em exercício na Escola o Diretor era Daniel; QUE no período que estava na Escola não teve conhecimento que a Escola estava em dificuldade financeira; QUE não teve conhecimento se Daniel tinha dificuldade em administrar a área financeira, devida a sua situação de professor, entrava e saía da sala, um correria só; QUE nesse período em que esteve na Escola não ouviu falar que Daniel emitia cheques nominal à esposa; QUE não presenciou a falta de material escolar e merenda na Escola; QUE assumiu as aulas na Escola, basicamente um mês depois sofreu um acidente de moto e afastou da Escola em licença; QUE não presenciou o fato de aluno chorar ou passar mal por falta de merenda escolar; QUE Maria Divina era professora de Inglês na Escola; QUE não sabe se Maria Divina prestou algum outro serviço à Escola.

Dada a palavra aos demais membros da Comissão, às suas perguntas respondeu: QUE não presenciou o Diretor Daniel receber cobrança de fornecedores ou realizar pagamento em espécie.



Dada a palavra a Ilustre Advogada constituída, às suas perguntas respondeu: QUE já foi estudante na E.E. Maria-Rosa Nunes, nos anos de 2010, 2011 e 2012, no segundo endereço da Escola; QUE o Diretor da época em que estudou na Escola era Leonardo; QUE quando Leonardo era Diretor na Escola não havia falta de material escolar e merenda; QUE quando trabalhou na E.E. Maria-Rosa Nunes não presenciou a visita de representantes da Superintendência na Escola; QUE quando atuou na Escola não presenciou reclamação de pais quanto a falta de merenda; QUE não sabe informar se quando Daniel assumiu a Direção existiam dívidas; QUE quando atuou na Escola o Diretor não tinha como conduta inibir ou ameaçar professor, só falando por si, não sabe quanto aos outros, não presenciou; QUE enquanto professor avalia a gestão de Daniel, não tendo nada a reclamar, foi igual a gestão dos outros. Enquanto membro da comunidade escolar não pode afirmar por morar muito distante, sem ter acesso aos moradores da própria comunidade; QUE não sabe informar se Daniel, Marly ou Maria Divina usou os recursos da Caixa Escolar em benefício próprio.

Que foi dada a palavra à testemunha para, se desejar, aduzir ou esclarecer outras questões relacionadas ao objeto do processo, que não tem nada a questionar a gestão de Daniel, foi um ótimo profissional.

Nada mais sendo dito ou perguntado, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, será assinado por todos os presentes, dando por encerrada esta audiência.

Presidente:
Vogal:
Secretária:
Depoente:
Acusado:
Daniel Rodrigues Uchôa
Advogada:

Déborah Maria Uchôa Santana - OAB/MG Nº 148.933

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 148/2018

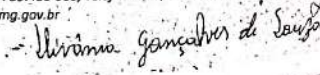
DEPOENTE: Divânia Gonçalves de Souza, portadora do documento de identidade de nº: 2.068.781 SSP/DF, designada na função de Professor da Educação Básica – PEBD1A, em exercício na E.E. José Manoel Cirino, brasileira, divorciada, nascida em 12/12/1978, filha de José Alves de Souza e Maria Luiza Gonçalves de Souza, residente e domiciliada na Rua São Nicolau, s/nº, Distrito de São Joaquim, município de Januária.

Aos 06 dias do mês de novembro de 2019, nas dependências da Superintendência Regional de Ensino de Januária, localizada à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 130, Centro, nesta cidade de Januária/MG, onde se acham presentes os membros da Comissão abaixo assinados, compareceu a depoente acima qualificada, que, sabendo **LER E ESCRIVER**, e ante as advertências efetuadas pela Senhora Presidente, afirmou que não há qualquer razão de fato ou de direito que a impeça de prestar depoimento na forma legal, e que está ciente do compromisso de dizer a verdade a respeito dos fatos que lhe forem perguntados, sob as penas da Lei. Inquirida pela Sra. Presidente sobre os fatos que motivaram este processo respondeu: QUE no período de 2013 a 2015 esteve em exercício na E.E. Maria Rosa Nunes; QUE nesse período não participou como membro do Colegiado Escolar; QUE na gestão de Daniel não teve conhecimento que a Escola passava por problemas na área financeira; QUE na gestão de Daniel não faltava material, merenda e internet; QUE quando ele assumiu a Direção teve conhecimento que a Escola estava com dívidas, por isso que estava em falta de material; QUE não teve conhecimento, não presenciou em sala de aula o fato de aluno passar mal por falta de merenda escolar; QUE atuava como Professora de Língua Portuguesa e Regente de Turma; QUE presenciou fornecedores na Escola efetuando cobrança de dívidas; QUE presenciou o pagamento pelo Diretor Daniel a fornecedores em espécie; QUE não sabe qual o tipo de serviço prestado pelo fornecedor que recebeu pagamento em espécie; QUE enquanto atuou na Escola, Maria Divina Pereira Santos atuava como Professora; QUE







 Divânia Gonçalves de Souza



não sabe se Maria Divina prestou algum serviço à Escola; QUE a Escola sempre disponibilizava material e que os professores tinham uma cota para xérox; QUE não foi cobrado de nenhum dos professores pelas cópias do material; QUE a aceitação de Daniel pela comunidade era boa, pelos servidores era considerado muito rígido, pessoalmente achava normal; QUE não teve conhecimento da emissão de cheques pelo Diretor Daniel, assinado pela Tesoureira, nominal a sua esposa; QUE não atuava no segundo endereço da Escola, por isso não tem conhecimento do seu funcionamento; QUE tinha conhecimento dos Termos de Compromisso liberados à Caixa Escolar, através de reuniões administrativas.

Dada a palavra aos demais membros da Comissão, às suas perguntas respondeu: QUE teve conhecimento de dívidas deixadas por gestores anteriores a Daniel, mas sabe precisar se era na mercearia do Anísio, pois não tinha acesso às partes de Caixa Escolar.

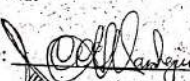
Dada a palavra a Ilustre Advogada constituída, às suas perguntas respondeu: QUE em 2013 Leonardo era Diretor da Escola; QUE nesse período, quase todo, Leonardo ficou afastado devido a problemas de saúde de seu filho; QUE sentia pela ausência do Diretor, um certo abandono, que deixava a desejar; QUE com certeza o Diretor Leonardo deixou dívidas pois faltava muito material; QUE não lembra se foi dada a Daniel alguma capacitação sobre Caixa Escolar; QUE praticamente não ia ninguém da Superintendência para dar suporte técnico à Escola; QUE na gestão de Daniel não faltava material pedagógico, merenda, gás e internet; QUE quando Daniel assumiu colocou internet na Escola; QUE não tomou conhecimento que nenhum pai foi à Escola reclamar por falta de merenda; QUE Ilda e Fátima são amigas e comadres; QUE não sabe se elas frequentavam a casa uma da outra, mas conviviam em festas familiares; QUE não acredita que Daniel, Marly e Maria Divina tenham apropriado dos valores dos cheques emitidos nominal à Maria Divina; QUE nessa época não viu Daniel, Marly e Maria Divina esbanjando dinheiro; QUE como professora avalia a gestão de Daniel como boa; QUE a comunidade

Divina Gonçalves de Souza

escolar, também avalia como positiva a gestão de Daniel, pois gostam dele; QUE Daniel enquanto Diretor não inibia, perseguia ou ameaçava professores, era rígido nas cobranças, por exemplo, quando o professor não ia trabalhar colocava falta; QUE tem conhecimento que os cobradores/fornecedores exigiam pagamento em dinheiro, tipo de comércio da zona rural.

Que foi dada a palavra à testemunha para, se desejar, aduzir ou esclarecer outras questões relacionadas ao objeto do processo, nada acrescentou.

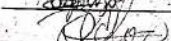
Nada mais sendo dito ou perguntado, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, será assinado por todos os presentes, dando por encerrada esta audiência.

Presidente: 

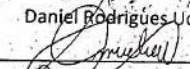
Vogal: 

Secretária: 

Depoente: 

Acusado: 

Daniel Rodrigues Uchôa

Advogada: 


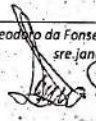
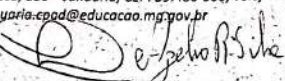

Deborah Maria Uchôa Santana - OAB/MG Nº 148.933

TERMO DE DEPOIMENTO DE TESTEMUNHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 148/2018

DEPOENTE: Azélio Rodrigues da Silva, portador do documento de identidade de nº: 1.279.369 SSP/DF, efetivo no cargo de Especialista da Educação Básica, em exercício na E.E. Nossa Senhora de Fátima, localizada no município de Januária, brasileiro, casado, nascido em 02/05/1970, filho de José Pereira da Silva e Waldelice Rodrigues da Silva, residente e domiciliado na Avenida Conego Ramiro Leite, nº 1.486, Bairro Jussara, município de Januária.

Aos 06 dias do mês de novembro de 2019, nas dependências da Superintendência Regional de Ensino de Januária, localizada à Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, nº 130, Centro, nesta cidade de Januária/MG, onde se acham presentes os membros da Comissão abaixo assinados, compareceu o depoente acima qualificado, que, sabendo **LER E ESCRIVER**, e ante as advertências efetuadas pela Senhora Presidente, afirmou que não há qualquer razão de fato ou de direito que o impeça de prestar depoimento na forma legal, e que está ciente do compromisso de dizer a verdade a respeito dos fatos que lhe forem perguntados, sob as penas da Lei. Inquirido pela Sra. Presidente sobre os fatos que motivaram este processo respondeu: QUE atuou na E.E. Maria Rosa Nunes no período de 21.09.2015 a 31.12.2015, no cargo de Especialista em Educação Básica; QUE não foi membro do Colegiado Escolar, da Comissão de Licitação ou do Conselho Fiscal; QUE não teve conhecimento de problemas enfrentados pelo Diretor Daniel quanto ao gerenciamento da Caixa Escolar; QUE não teve conhecimento, ou participou de reuniões em que o Diretor Daniel apresentou problemas financeiros da Caixa Escolar; QUE não teve conhecimento de que o então Diretor Daniel emitiu cheque nominal à esposa; QUE não presenciou situações em que os alunos tivessem passado mal por falta de merenda; QUE não tem conhecimento sobre o repasse de material e merenda escolar para o segundo endereço; QUE durante o período em que lá esteve não presenciou nenhuma ação por parte da direção sobre a divulgação de termos de

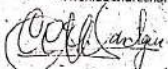

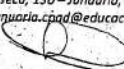
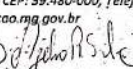

   



compromisso; QUE nunca teve ciência por parte do representante da categoria no Colegiado Escolar sobre as ações do Diretor Daniel relacionada a apresentação de pastas de prestação de contas e análise das mesmas; QUE não tem conhecimento que o Diretor Daniel tenha se apropriado de recursos oriundos da Caixa Escolar; QUE o período que esteve na Escola não viu nada de anormal na gestão de Daniel. Sempre teve um bom relacionamento com o mesmo; QUE não pode afirmar se todos os dias era servida a merenda escolar, não tem lembrança; QUE não ouvia da comunidade reclamações quanto a gestão de Daniel. Havia murmurinhos, comuns em toda Escola; QUE os computadores da Escola tinham acesso à internet; QUE quando solicitava o material à Direção, e não tendo na Escola era providenciado na semana seguinte; QUE em alguns momentos reproduziu material aqui em Januária; QUE não sabe informar se os professores pagavam pelo xérox; QUE não teve conhecimento se Daniel e Maria Divina utilizaram recursos da Caixa Escolar em proveito próprio; QUE não recorda de Marly; QUE não presenciou Maria Divina prestando qualquer serviço, além de suas funções, na Escola.

Dada a palavra aos demais membros da Comissão, às suas perguntas respondeu: QUE não presenciou qualquer pagamento em espécie ao fornecedor; QUE presenciou a entrega de material.

Dada a palavra a Ilustre Advogada constituída, às suas perguntas respondeu: QUE enquanto especialista não notou nenhuma irregularidade na gestão de Daniel; QUE no período em que esteve na Escola não presenciou nenhuma capacitação oferecida ao Diretor Daniel na gestão da Caixa Escolar; QUE não presenciou visita técnica por parte da Superintendência para dar suporte à Escola; QUE durante sua atuação na Escola não presenciou nenhuma reclamação por parte dos pais quanto a falta de merenda aos seus filhos; QUE nos dois meses que esteve na escola, as coisas andavam bem. Nem sempre as solicitações de material eram atendidas, pela escassez de recursos no momento, posteriormente era providenciado. Isso é normal em todas as escolas, até hoje.



Que foi dada a palavra à testemunha para, se desejar, aduzir ou esclarecer outras questões relacionadas ao objeto do processo, quando esclareceu que após ter saído da Escola ouviu dizer que haviam suspeitas quanto a aplicação de recursos na obra do muro. Informações prestadas por Fátima, então Diretora, quando a encontrou em Januária e a perguntou sobre a Escola e ex-colegas.

Nada mais sendo dito ou perguntado, encerra-se o presente termo, que lido e achado conforme, será assinado por todos os presentes, dando por encerrada esta audiência.

Presidente:

Vogal:

Secretária:

Depoente:

Advogada:

Déborah Maria Uchôa Santana - OAB/MG Nº 148.933